

REVISTA

N.º 5/6 - Jul./Dez./80

TÉCNICA DO

RABALHO

DIREITO · ECONOMIA · MEDICINA · PREVIDÊNCIA · SEGURANÇA



A Alegoria dos Preços no Consumidor 1980

por Carlos Pimenta *

*«... Sem os ministros
o trigo cresceria para baixo em vez de crescer para cima.*

*Nem um pedaço de carvão sairia das minas
Se o chanceler não fosse tão inteligente.*

*Sem o ministro da propaganda
Mais nenhuma mulher poderia ficar grávida...»*

...

*«Ou será que
Governar só é assim tão difícil porque a exploração e a mentira
São coisas que custam a aprender?»*

(Bertolt Brecht, «Poemas», «Dificuldade de Governar»)

* Assistente da Faculdade de Economia do Porto e responsável pela secção económica da Revista Técnica do Trabalho.

1. Conforme anunciamos no último artigo propomo-nos tecer algumas reflexões sobre a evolução recente dos preços no consumidor nesta nossa ribalta de prestigiatadores doutos. Não é o bucólico cumprimento de uma santa promessa mas o confronto da afirmação que então fazíamos — «nem por essa via obterá impactos visíveis sobre a componente directamente sentida pelas «famílias portuguesas» — com os números estatisticamente proclamados: um aumento de preços mensal médio de 0,95% nos primeiros seis meses.

Simultaneamente, estamos perante um imperativo social ponderoso como o demonstrou os últimos meses: a relação preços/salários sempre foi ponto nevrálgico da luta económica entre as classes sociais mas também o é da batalha pelo poder político. A evolução dos preços durante este ano surge para o capital como uma broca demolidora da formação de uma concepção dos fenómenos económicos, autónoma por parte das classes trabalhadoras: os preços são apresentados como uma situação pontual maneável e controlável pelos agentes económicos superestruturais de consolidação do capitalismo.

2. A nossa análise incidirá sobre o índice de preços no consumidor⁽¹⁾ porque é o indicador que mais pode reflectir os atrofiamentos do poder de compra de todos aqueles que usufruem um rendimento fixo e porque foi com base nele que mais se tem falado.

A primeira constatação é evidente: os preços **continuam a aumentar**. A segunda, menos importante que a anterior, mas bastante mais referida nos últimos meses é conhecida: os índices de preços nos últimos meses revelam um aumento de preços a uma **taxa de crescimento inferior à verificada no(s) último(s) ano(s)**. Em resumo, nos primeiros seis meses deste ano os índices publicados indicam um aumento de 5,6%, enquanto em 1978 tinham aumentado 11,8% e em 1979 11,0%.

Qual o significado que podemos atribuir a estes dados? O essencial é que no Portugal do capital **a inflação continua**.

A análise comparativa aparece como falaciosa: os termos de comparação escolhidos são anos em que, por razões internacionais (nomeadamente pela acção do FMI sobre Portugal) e nacionais (política de arranque da recuperação capitalista e desvalorização e flutuação cambiais), os aumentos de preços surgiram como mais intensos. Tomemos, para ilustrar o afirmado, outras hipóteses de comparação: a) O governo tinha fixado politicamente um limite máximo para aumento de preços de 20% e estima posteriormente que rondará os 15%, isto é, estima uma taxa de aumento anual similar à que se verificou em 1975; b) O aumento de preços verificado nos últimos doze meses continua

⁽¹⁾ Dispensamo-nos de apresentar os valores dos índices porque eles estão disponíveis nos Boletins Mensais de Estatística, INE.

a ser cerca do dobro de movimento similar no conjunto dos países industrializados; c) os dados recentes modificaram os parâmetros da tendência de evolução temporal mas estes continuam a apontar para um aumento médio de + 1,7% por mês.

3. A questão séria que se coloca é a seguinte: a redução do índice de preços no consumidor publicado é um indicativo de uma anulação a breve prazo da inflação no nosso país ou é um fenómeno passageiro? É, pelo menos, indicativo de uma atenuação da nossa maior aceleração inflacionista em relação aos países mais desenvolvidos do sistema capitalista (já que nos países socialistas não há inflação)? Uma primeira resposta, ao nível teórico e de reflexão sobre a política económica preconizada, já foi dada no último artigo. Apreciemos complementarmente, embora não constitua matéria bastante para um juízo final, a evolução detalhada do índice de preços no consumidor.

Os preços das despesas da habitação continuam a crescer de forma bastante intensa (1,7% por mês) aumentando algumas das suas subrubricas mais do que nos anos anteriores — «despesas domésticas correntes» — e outras, de particular significado, como «aquisição de bens duradouros», continuam com uma variação de preços similar à média dos anos anteriores. Os preços das despesas em «vestuário e calçado» tiveram uma aceleração maior que em iguais períodos nos anos anteriores. A evolução dos preços na rubrica «diversos» não modifica este panorama. É no sector de Alimentação e Bebidas que durante os últimos meses os aumentos de preços são mais atenuados ou mesmo negativos: uma taxa média mensal de aumento de 0,49%⁽²⁾ para o conjunto, 0,70% para a «alimentação» e — 1,84% para as «bebidas». Deste conjunto de informações uma primeira conclusão pode ser retirada: apesar de uma das medidas com mais possibilidades de atenuar o aumento de preços ter sido a revalorização e a atenuação da desvalorização mensal do escudo, devido à grande abertura da nossa economia ao exterior, nas rubricas em que tal factor mais poderia ter influenciado os preços continuaram a aumentar aos níveis anteriores. Se fugazmente verificássemos a evolução dos índices de preços por grosso chegaríamos a conclusão similar. É certo que tal pode reflectir um empolamento de preços em economias sobre as quais não temos influência (embora seja curioso que a ameaça da «inflação importada» tenha sido pouco propagandeada), mas mostra também **os limites dos campos de manobra nacional-capitalista na problemática inflacionista e a nossa responsabilidade na posição que ocupamos nas relações económico-sociais internacionais**.

A diminuição de preço das «bebidas» exprime a diminuição do preço do vinho (que representa 90% das bebidas) que reage em sentido inverso às quantidades da última colheita: a produção em 1979 excedeu todos os máximos dos últimos trinta anos. Na grande rubrica de «alimentação» quatro grupos

⁽²⁾ Pelos cálculos de agregação que fizemos utilizando a mesma expressão que o INE obtemos o valor 0,59%.

de mercadorias apresentam quebras significativas no preço: «batata» (—5,24% ao mês), «legumes e hortaliças» (—8,14%), «ovos» (—5,72%) e «temperos, condimentos, etc.» (—0,38%). Tirando os ovos que têm uma evolução de preços contrária à que consta da Portaria 65/80 e que poderá ter as suas raízes de explicação em fenómenos que observaremos posteriormente, podemos concluir que estas diminuições (o que não é um fenómeno inédito nos últimos anos e no mesmo período, o que reflete comportamentos estacionais) são o **resultado de factores alheios à política económica, sobretudo da mais recente**. O Governo soube referir que o aumento espetacular do preço da fruta reflete «condições naturais que não podemos dominar» mas deixou enclausurado tal argumento para os aspectos que acabamos de referir. Se tentássemos eliminar o impacto desses factores chegaríamos a um índice de aumento de preços anual cerca de 6% superior⁽³⁾.

Os preços das mercadorias englobadas nas sub-rubricas «cereais e derivados», «óleos e gorduras», «açúcar e produtos açucarados», «cacau, café e chá» apresentaram aumentos de preços aos níveis dos anos anteriores, o que confirma o afirmado sobre as produções dependentes de matérias-primas importadas. Também a observação das rubricas «leguminosas» (com uma taxa média mensal de aumento de 2,11% contra 0,57% nos anos anteriores), «frutas frescas e frigorificadas» (7,82 contra 6,66) tenderiam a revelar um aumento de preços bastante maior que o verificado para a globalidade. No «peixe» é apontado um crescimento mensal médio do índice de preços de apenas 0,31% mas tal reflete um comportamento estacional, não constituindo uma inversão dos resultados dos anos anteriores: em 1977 e 1978 os aumentos em igual período foram inferiores. É no preço da «carne» que se encontra, em grande parte, a justificação recente. Basta dizermos que um aumento do preço da carne correspondente à média dos mesmos meses dos três anos anteriores, impulsionaria a elevação de preços da alimentação para mais 12% ao ano que a tendência actual⁽⁴⁾. Enquanto as estatísticas do INE referentes ao índice de preços no consumidor indicam diminuições em 1980⁽⁵⁾ para o cabrito (—2,17% em média por mês), carneiro (—1,24%), porco (—2,42%), miudezas (—0,72%) e salsichas (—0,37%) — e será de lembrar o que dissemos sobre os ovos — e aumentos reduzidos para a vaca (0,61%) e animais de capoeira (0,44%) e para o seu conjunto (um aumento médio de 0,14% ao mês), o índice de preços por grosso aponta para uma diminuição de 2,21% ao ano (encontrando-se o mês de Junho numa situação de aumento em relação ao anterior) e os preços de

(3) Para esse efeito atribuímos às referidas quatro rubricas da «alimentação» um aumento mensal médio semelhante ao obtido para o conjunto da Alimentação (0,59) e às «bebidas» um aumento médio correspondente à média geométrica das variações verificadas nos últimos três anos (um dos quais também é negativo).

(4) Nestes cálculos consideramos a taxa de crescimento mensal médio de 3,95% que corresponde à média geométrica dos valores dos três anos anteriores. Recorde-se que o peso de ponderação da carne é de 123,5 por mil contra 496,2 da «Alimentação e Bebidas».

(5) As conclusões não seriam bem nesse sentido se estudássemos os dados bastante fragmentados dos preços nos dezoito distritos.

importação de carne tendem a aumentar (1,10% em média por mês para a carne bovina que sofreu nos mercados internacionais uma redução de preço em relação ao ano anterior, e 6,60% para a carne de porco). Juntando todos estes dados só são possíveis algumas (ou todas) as seguintes explicações: impediu-se administrativamente os aumentos de preços — o abate de gado está sujeito ao regime de preços declarados —, atribuíram-se subsídios — eventualmente libertos pela situação «natural» referida para outros produtos alimentares —, manipularam-se os dados estatísticos — hipótese que nunca poríamos se outros actos governamentais não apontassem essa desonestidade⁽⁶⁾ — ou, finalmente, houve um aumento da oferta ou uma diminuição da procura. Retendo-nos nestes últimos dois parâmetros, e não insidindo a observação na evolução das importações em volume, apenas diremos que a diminuição da procura seria a bancarrota da argumentação dos «novos» patronos políticos e a variação da oferta impossível de atribuir à situação recente) não encontra justificação plausível nas variações da produção interna em termos físicos⁽⁷⁾. As conclusões são fáceis de retirar.

Em síntese, a inflação tenderá a continuar, os fenómenos eventuais passarão, as políticas económicas continuaram e o aumento de preços em Portugal retomará os níveis que a inserção no sistema mundial capitalista lhe imporá no quadro de uma aceitação implícita por parte do capital nacional.

4. Muitas outras conclusões de ordem mais genérica poderiam ser retiráveis dos aspectos atrás referidos e do manuseamento político a que têm dado lugar (retorno ao «o que parece é», estrangulamento de alguns sectores do capital em benefício global do sistema, a interligação entre o Estado português actual e a classe capitalista, etc.) mas pensamos mais importante deixar **duas questões no ar para todos nós pensarmos**: a manipulação dos índices de preços poderia ter sido feita se o movimento sindical tivesse um índice de preços rigorosamente construído? Qual a posição do movimento sindical sobre a estrutura económico-político-legislativa dos preços, impostos e subsídios no nosso país?

Outubro de 1980

Carlos Pimenta

(6) Recorde-se a notícia «Proibidas as Estatísticas sobre Fogos Sociais», do Jornal de Notícias.

(7) É certo que se detecta uma ligeira diminuição no abate de bovinos, mas também se verifica um aumento substancial da produção de frangos.